


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, ARARAQUARA - SP - CEP
14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010739-45.2016.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Monitória - Cheque**
Requerente: **Silvia Cristina Marcomini de Oliveira**
Requerido: **Lucio Heleno Virginio Gomes**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ANA CLÁUDIA HABICE KOCK**

Vistos.

SILVIA CRISTINA MARCOMINI de OLIVEIRA ajuizou a presente Monitória - Cheque contra o **LUCIO HELENO VIRGINIO GOMES**, pretendendo a cobrança de valor constante em cártula de cheque que não fora saldado por insuficiência de fundos. Já não existindo prazo para manejo da ação cambiária, socorre-se da presente demanda monitória, para se ver ressarcida.

Não localizado o réu, determinou-se, após exaurimento dos meios de pesquisa disponíveis, sua citação por edital, quando lhe foi nomeado curador especial, o qual, por meio da negação geral, cuidou de averter prescrição da pretensão da autora e requerer a gratuidade da justiça.

Houve réplica (fls. 146/148).

É O RELATÓRIO.

DECIDO.

Conforme o estado do processo, a presente demanda comporta o julgamento antecipado do mérito, porque não há necessidade de produção de outras provas, conforme art. 355, I, do Código de Processo Civil.

Do documento de fls. 40/41, consta endosso translativo a conferir legitimidade à autora na busca da satisfação do crédito ali representado.

A cártula fora emitida em 30/04/2013 e, aplicando-se o prazo prescricional de cinco anos, conforme consta do art. 206, §5º, I, do Código Civil, não se fala em prescrição da pretensão para cobrança da dívida líquida constante do cheque, aplicando-se o enunciado nº 503 do C. Superior Tribunal de Justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
4ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, N. 1998, ARARAQUARA - SP - CEP
14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Conforme restou sedimentado, não é possível aplicar à ação monitória fundada em cheque sem força executiva o prazo trienal, pois imprestável à presente ação, que se refere a ressarcimento de enriquecimento sem causa, disciplinado pelos artigos 884 a 885 do Código Civil.

Nesse passo, a ação fundada em enriquecimento sem causa tem aplicação subsidiária, isto é, só pode ser manejada caso não seja possível o ajuizamento da ação cambiária, que, no caso em tela, possui prazo prescricional de seis meses, segundo a Lei Uniforme.

Em relação à prova escrita, deve-se considerar idônea, porque lastreada em documento, outrora título de crédito que poderia, no tempo certo, embasar execução extrajudicial, diga-se, processo muito mais grave que a presente demanda monitória, porque permite, logo após o decurso do prazo de três dias sem pagamento do débito, excutir bens do executado para satisfação da obrigação.

Quanto mais em relação à atual pretensão, que visa ressarcir a autora dos serviços prestados ao réu, evitando, como já dito, o enriquecimento sem causa.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE** o pedido da presente ação, para condenar o réu ao pagamento do valor de R\$960,00, além de atualização monetária e juros de mora do vencimento.

Condeno a parte vencida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios no valor de R\$1.000,00, além de atualização monetária desta data e juros moratórios do trânsito em julgado.

Interposta apelação, abra-se vista à parte contrária para resposta e, na sequência, remeta-se ao Tribunal de Justiça.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

Publique-se e intime-se.

Araraquara, 3 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**